

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck



006ª CECE 18MAR2025

Pauta: Espaços Educativos Afro-Brasileiros e Indígenas (EEABIs) e a educação das relações étnico-raciais na educação do Município.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h11min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Estão conosco o Ver. Carlo Carotenuto, o Ver. Gilson Padeiro e a nossa proponente da pauta de hoje, a Ver.^a Grazi Oliveira. Nós vamos tratar sobre Espaços Educativos Afro-Brasileiros e Indígenas – EEABIs, e a educação das relações étnico-raciais na educação do Município. Eu já vou anunciar aqui os nossos convidados, nós vamos disponibilizar a fala de cinco minutos para cada convidado, e vamos abrir as inscrições que estarão sendo realizadas pelo Gabriel. Quando for iniciar a fala, vou pedir a gentileza que se identifique o órgão e o nome completo, para fins de registro. Então, estão conosco o secretário adjunto de educação, Jorge Murgas; as servidoras Adriana Nunes e Daniele Vieira; a Frente Negra Gaúcha, Vanessa Mulet; o Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro – Cnegro, Cristiano Barcellos – eu acho que ele está em deslocamento também; o coletivo das referências dos EEABIs, Nelza Jaqueline Franco; a Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano, Dra.

Adriana Santos, que é a coordenadora de Direitos e Políticas de Igualdade Racial. De imediato, passo a palavra para a Ver.^a Grazi, proponente da pauta.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde a todos e a todas. Obrigada, presidente, por nos permitir, nesse momento, fazer esse debate tão importante, tão sério para a educação de Porto Alegre. Quero saudar os meus companheiros e colegas de trabalho, os vereadores, as nossas lideranças da secretaria e as nossas representações de luta antirracista, seja dentro da secretaria ou fora, os movimentos, o povo que está se movimentando, para que, de fato, a gente possa ter uma educação antirracista de qualidade na nossa cidade. Eu queria iniciar fazendo uma reflexão sobre esse processo de luta dos movimentos sociais, para que a gente pudesse, hoje, estar fazendo esse debate desses espaços educativos que já estão acontecendo no nosso Município de Porto Alegre. É importante registrar que, ao longo das últimas décadas, o movimento negro tem sido crucial dentro desse processo. Nilma Lino Gomes sempre nos traz a reflexão de que o movimento negro é o que nos educou. Então, hoje, se nós temos a capacidade e a potencialidade de colocar em prática uma educação antirracista, comprometida com a transformação social, tem muita relação com o movimento que foi feito através do movimento negro, para que, hoje, nós pudéssemos ter uma educação. A pauta antirracista, falar sobre a cultura, a história africana, afro-brasileira e indígena dentro da escola tem muito a ver com essa luta. Eu não posso também deixar de furta a luta do movimento indígena, que também reivindica sua pauta, que também traz a necessidade de algumas desconstruções, e a gente está aqui com esse compromisso. Então, é importante contextualizar o quão significativo e fundamental foi essa luta para que, hoje, nós pudéssemos estar debatendo esse processo dentro da sala de aula.

Dito isso, também quero trazer o histórico dos EEABIs, desse espaço que está acontecendo dentro da escola, porque também foi um espaço em que a Prefeitura de Porto Alegre, há alguns anos, Adri, foi avaliando a sua ação ou não ação em relação à pauta antirracista. Nós tivemos um trabalho muito importante

feito pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2015 para cá, onde a gente, em um primeiro momento, fortaleceu os municípios, capacitou os municípios, trazendo a importância da aplicabilidade do artigo 26A, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e indígena. O TCE, à época, faz uma pesquisa e aponta os municípios, os 497 municípios, quais eram aqueles que não faziam investimento, que não tinham formação, que não se adequavam ao que preconiza a lei, porque o artigo 26A não vem sozinho, ele vem com diretrizes, e essas diretrizes existem e existiram para fazer com que a lei pudesse ser implementada dentro das escolas. Feito isso, feito esse levantamento, esse apontamento, Porto Alegre se olha, se analisa e começa a mudar a sua prática, a sua prática educacional voltada a uma prática antirracista. O Conselho Municipal de Educação faz a resolução, resoluto, a Prefeitura faz investimento e os EEABIs nascem desse contexto, de uma luta que veio antes de todos nós, de pessoas que estão lutando há muito tempo e que é uma possibilidade de enxergar, de fato, a lei implementada dentro do contexto escolar. Então, também é importante saudar todas aquelas e aqueles que puderam pensar nessa política e que trabalham na implementação dela, seja na gestão, seja lá na ponta, dentro das escolas. O que é importante dizer de tudo isso? Mesmo a gente tendo esses avanços, porque eu trago aqui uma leitura de avanços, houve uma luta, através dessa luta a gente avançou, só que sabendo que lá no cotidiano da escola, mesmo com o avanço, é muito pouco, é muito pouco perto do que se precisa, porque a ausência de uma educação antirracista é um reflexo muito, muito nítido do que é a nossa sociedade hoje. Nós temos uma sociedade que ainda é racista, e muito racista estruturalmente; as nossas instituições, que são formadas por pessoas, são racistas, o racismo está no nosso cotidiano. Para romper com isso, nós entendemos que a educação é um caminho, é um meio. Então, nós entendemos que ainda é muito pouco perto daquilo que precisa ser feito. Entendendo isso, surge uma preocupação este ano com o governo Melo 2, em que, num primeiro momento, somos abordados por alguns profissionais, preocupados com a nova reformulação deste lugar, deste lugar que entendemos que deveria ser qualificado e não desmontado; deste

lugar que entendemos que precisava ter mais investimento, deste lugar que entendemos que precisava ter ampliação de RH, deste lugar que entendemos que é fundamental para a mediação dos profissionais que estão dentro da escola. Aqui que faço uma observação: a educação antirracista não pode ser individualizada, jamais pode ser individualizada; a educação antirracista precisa passar por todos os profissionais da escola. Então, o profissional, hoje, que está lá nos EEABIs, que está lá dentro desse espaço educativo, que faz a mediação com os demais profissionais, esse profissional tem o compromisso e a responsabilidade de auxiliar os demais colegas a, na sua prática pedagógica, trabalharem na perspectiva antirracista, para que a sua ação possa ser de acordo com aquilo que nós preconizamos, que são as relações, que é para as relações étnico-raciais. Então, quando nós partimos deste princípio que este profissional é fundamental para auxiliar aqueles demais colegas que ainda não estão imbuídos com a pauta, que ainda precisam de letramento racial, que ainda precisam compreender alguns processos ou precisam se construir dentro desse caminho, esse profissional é essencial. Então, a vinda hoje, o convite para essa reunião, tem relação com isso, porque nós não queremos retroceder do pouco que se avançou. O que nós queremos é poder avançar, a partir do que se tem, porque Porto Alegre já fez essa leitura: é verdade, nós falhamos porque nós não investimos; é verdade, nós falhamos porque nós não tínhamos um setor – a Adri me corrige, nós tínhamos pessoas responsáveis, mas não tínhamos um setor que pudesse, de fato, fazer o que faz hoje. Hoje os EEABIs evoluem em formação – eu me lembro, formação toda quinta-feira, eu fui uma das formadoras dos profissionais, estive com os profissionais contribuindo com aquilo que nós vimos pesquisando e estudando sobre a pauta antirracista. Nós sabemos que hoje esses profissionais são os que nos ajudam a garantir, pensar espaços, pensar o cotidiano dessa escola; volto a repetir que esse cotidiano é racista, porque eu falo aqui de um lugar, de um lugar em que fui estudante, de um lugar em que fui professora, de um lugar em que fui diretora de escola, de um lugar em que eu fui gestora, pensando Secretaria de Educação também, e de um lugar como pesquisadora da pauta. Nós precisamos, de fato, entender; aí eu quero

concluir a minha fala, deixando alguns questionamentos que eu gostaria de ouvir da gestão do Município. Quem hoje responde por esse setor, por esse setor que deve pensar esse espaço afro-brasileiro e indígena dentro da escola? Eu queria poder entender quem hoje é a pessoa que responde na secretaria, se essa pessoa representa um setor em específico, como preconiza as nossas orientações de diretrizes, enfim, ou não, como é que está isso, como é que isso acontece. Quero saber como estão as formações, o que está pensado para as formações. Quero saber como está pensado o RH.

Tem uma outra coisa que eu acho que é bastante importante pontuar. Muitas vezes, Fleck, falta professor. O professor de EEABI perde a sua função e vai cobrir espaços, como se esse profissional que está lá, incumbido por uma missão, não fosse tão importante o quanto. Então, acho que é importante sabermos como está o RH dessas escolas, de que forma está sendo contemplado. Se todas as escolas... Temos escutado que são 99; agora, 100, mas não vamos falar da nova, porque a nova está começando, mas as 99 escolas, temos esses espaços educativos em todas as escolas, todas elas têm profissionais capacitados para estarem lá? São questões que são importantes serem respondidas. Uma outra questão. São quantas horas garantidas para esse profissional que está lá na escola? Porque também isso nos importa. Se estou falando aqui do tamanho e a importância do impacto social que se dá, como é que está isso dentro da nossa rede? E a pergunta que não quer calar, que foi que nos moveu a essa reunião. Existe alguma intencionalidade de acabar esse setor, ou acabar a funcionalidade dos EEABIs, como hoje nós temos? Porque, como eu disse no início da minha fala, o que nós temos hoje é muito pouco, perto do que se precisa ter, mas o que se tem pouco, existe a possibilidade de ser mudada essa estrutura, está ameaçada? Se está ameaçada, quais as razões, quais os motivos e quais os caminhos que a Secretaria tem para nos apresentar? Hoje o que nos move a estarmos conversando é o nosso pavor, a nossa preocupação por não termos mais a estrutura, como nós tínhamos até o presente momento, dos EEABIs funcionando com qualidade. Porque é desde o material, colegas, desde o material, esses

espaços tiveram, desde o princípio, estruturas. Se hoje vocês vão às escolas, vocês vão ver o que é, a escola dialoga do portão até os espaços da sala de aula, porque tu te vê, tu vê a presença indígena, vê a presença negra, vê as diferenças, vê a diversidade do contexto escolar. Então é isso, por hora. Depois, no meu tempo final, a gente faz os encaminhamentos, mas deixo esses questionamentos. É importante que possamos ter esse retorno, pensando na perspectiva de que não podemos retroceder.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi, pela aula. Secretário Jorge está com a palavra.

SR. JORGE MURGAS: Boa tarde a todos; boa tarde, Ver. Fleck, presidente da comissão; Ver.^a Grazi, proponente o assunto; Ver. Gilson Padeiro; Ver. Carotenuto. Basicamente gostaríamos de deixar gravado aqui que não há descontinuidade da política dos EEABIs. A intenção, inclusive, é reforçarmos cada vez mais essa política, independente da forma como ela está acontecendo dentro da mantenedora, da SMED. Nós temos a intenção, inclusive, de ampliar isso para a rede parceirizada, porque esse atendimento se dá, hoje, muito para com a rede própria. A intenção, inclusive, durante as formações da rede parceirizada, é a gente inserir com mais ênfase o assunto e o tema. Nós temos diversas questões aqui que precisamos melhorar realmente a formação, hoje ela já acontece. Obviamente que o RH hoje é uma realidade das escolas, nós temos alguma dificuldade, inclusive, para aquelas disciplinas habituais, curriculares. A carga horária hoje ela existe, nós temos aproximadamente... Essa é uma política que foi implementada de 2022 para 2023, hoje nós temos 8 EMEFs que ainda não tem esses espaços, 20 EMEIs, muito em razão e em função também do seu espaço físico; nós temos uma dificuldade também na reforma. Acredito que tem um projeto em andamento que logo possa nos dar melhores condições para as escolas da rede própria. Acreditamos que a gente possa licitar ele ainda esse ano, então talvez a gente consiga melhor adequar os espaços físicos da rede própria.

Vou dividir aqui a minha fala com a Adriana e com a Daniele, nossas colegas da SMED, quem tem maior propriedade sobre o assunto e sobre o tema. Então, basicamente era isso, deixar muito claro aqui que não tem descontinuidade na política pública, ela segue sendo atendida, a intenção é fortalece-la, independentemente da estrutura organizacional dentro da SMED. Acho que é importante a gente deixar isso claro. Isso está na lei federal, como a própria vereadora colocou, enfim, e ela está na grade curricular, vai estar presente no conteúdo pedagógico da mantenedora que é a SMED.

SRA. ADRIANA GARCIA NUNES: Me ouvem? Não estou acostumada a vir aqui. Obrigada, primeira vez. Boa tarde aos membros da mesa, quero também cumprimentar as coordenadoras do EEABIs que estão aqui, nossas companheiras. Primeiro lugar, falar que o EEABIs é um grande trabalho coletivo, e sem esses grandes colegas que trabalham e atuam na ponta, esse trabalho não acontece. Então, estar aqui enquanto mantenedora é falar muito desse trabalho que acontece na ponta. Até trouxemos um pouquinho desse trabalho que acontece, que é extremamente importante para nós, enquanto professoras dessa rede, professoras negras dessa rede, saber o quanto a diferença desse trabalho ao longo dos dois anos fez na rede. Acho que já existiam muitos trabalhos que acontecem nos coletivos, e é desse tensionamento que o EEABIs surge, mas que, depois que ele está na ponta, é evidente. A gente consegue ver em datas pontuais, a gente consegue ver quando a gente se reúne, a gente consegue sentir essa força, essa potência de estar no coletivo. Algumas perguntas que a Ver.^a Grazi nos trouxe, que acho que é importante a gente dar esse retorno. No novo organograma da SMED, se formou uma nova unidade, que é a unidade de... Eu me esqueço, que é a unidade de programas educacionais. E, dentro dessa unidade de programas educacionais, são formados alguns eixos. E, dentro desses eixos, é formado o eixo ERER. Esse eixo ERER é, hoje, coordenado, tem uma profissional, que é a Daniele Vieira, que está aqui comigo hoje, que é a colega que representa a temática e como

coordenando toda essa unidade, que tem outros eixos, sou eu, Adriana Nunes, que estou coordenando toda a unidade, que tem outras temáticas junto a ela. As formações seguem sendo planejadas como já eram planejadas em outros tempos. O que a gente acabou diminuindo um pouco foi a frequência, que nós tínhamos mais frequências quinzenais com os colegas, e, aí, nós acabamos diminuindo um pouco de ser elas mensais, mas por uma questão também de logística de tempo, enfim. Então, a gente acabou fazendo ela mensal. E a questão do RH, isso, como o secretário Jorge falou, era algo que a gente sempre conversou com os colegas, que a prioridade da secretaria, e é um entendimento nosso também, é o atendimento das crianças na escola. Muitas vezes a gente sabe que essa dificuldade de RH é complexa e não é de hoje, e que a gente acaba entendendo que, muitas vezes, muitos outros professores precisam ser deslocados para o atendimento das crianças num todo, não é? Biblioteca, LA, enfim. A gente sabe dessa demanda que os colegas nos trazem, sinalizam que, muitas vezes, acaba sendo o representante do EEABIs que, muitas vezes, tem que sair, e que a gente acaba, sempre que os colegas trazem isso para nós, tentando fazer uma intervenção pedagógica junto com a escola e pensando junto como que a gente pode pensar essa rotatividade de uma forma mais uniforme, talvez, pensando assim. Acho que, até então, a gente sabe que essa ideia de o EEABIs terminar ainda não foi uma ideia que foi ventilada na secretaria. Pelo menos, a gente nunca escutou isso, eu nunca escutei de terminar com essa estrutura. Hoje, inclusive, eu tive uma reunião com o CME, e a gente sabe que lá na diretriz do CME – a diretriz do CME vai falar de núcleos –, e eu ainda reforcei, junto com o CME, que hoje entendo eu que nós não queremos mais núcleos, nós queremos o EEABIs na estrutura que tem, da forma que a gente construiu aos dois anos, que fala sobre esse espaço físico, que fala sobre essa construção que é dentro da escola, e que a gente precisa ter normativas e precisa também construir essa proposta pedagógica que fala de como ele é construído ao longo desses dois anos.

Acho que não se perdeu esse tempo, mas, se eu puder passar um pouco para a Dani também, que faz sentido estar nessa referência de...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Deixa eu só fazer um pedido, só para você poder falar o teu nome e qual o departamento que você representa na SMED, para a taquigrafia poder fazer as notificações.

SRA. ADRIANA GARCIA NUNES: Perfeito, eu sou a Adriana Nunes e coordeno a unidade de programas educacionais.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado. Cito a presença da nossa vice-presidente, a Ver. Juliana Souza, que está aqui conosco.

SRA. DANIELE MACHADO VIEIRA: Boa tarde a todas, todos. Obrigada, vereadora, pelo convite, enfim, e por trazer a pauta, e a Comissão por ter aceito, e às nossas colegas do movimento por estarem aqui. Vou direto ao ponto, algumas questões trazidas, para não alongar, mas reforçando tudo que vem sendo falado pelos diversos membros dessa importância do EEABIs no contexto das escolas, do quanto ter esse espaço caracterizado vai, paulatinamente, mudando o contexto da escola. Como a vereadora falou, conseguimos entrar na escola e se educar, ir se letrando paulatinamente junto com essa escola, porque, enfim, muitas vezes não fomos constituídos assim. Então, conseguimos, naquele contexto, enquanto corpo docente, e, vamos dizer assim, minimizando as nossas dúvidas, os nossos receios, e essa é a função dos EEABIs. Então, ter esse espaço permanente, onde a colega ou o colega, já passando para as funções dos EEABIs, consiga recorrer, que é algo que já vinha sendo feito, mas que é diferente. E por que não núcleo e sim espaço? Porque esse espaço é permanente, ele tem um espaço físico, ambientado, então, esse lugar de referência, que trabalha com três, vamos dizer assim, a extensão da mantenedora, não da mantenedora, mas das políticas dentro da escola. Então, os EEABIs têm esse grande papel de ser o suporte para os colegas professores, tentando cumprir o que está proposto lá nas diretrizes curriculares, que é essa abordagem afirmativa, positivada, visando romper e reelaborar o imaginário,

nosso imaginário enquanto sociedade, também trabalha com os nossos estudantes.

Então, se olharmos as redes sociais dos nossos EEABIs, tem lá uma série de atividades, e podemos, de lá, tirar várias, seja com professores ou com estudantes, inclusive envolvendo a comunidade. Então, tem esse papel. E daí, nisso, não me lembro se já foi respondido, mas afirmando, as nossas EMEFs, a grande maioria tem 20 horas para que esse profissional consiga dar conta de trabalhar com seus colegas, pesquisar, planejar e desenvolver atividades com os estudantes. E ainda ter um dia livre, um turno livre, dois turnos livres dentro do mês, para estar conosco na mantenedora e levar essas atividades, estender essas demandas no âmbito da escola, enfim, se contextualizar.

Deixe-me ver as outras questões aqui. Desculpe, obrigada, secretário. Isso. Então, nas EMEFs são 20 horas e, nas EMEIs, 10, pelo número reduzido de turmas. Então, por isso, nas EMEIs são 10. Já respondi por que EEABIs e não núcleos, porque precisa desse espaço de carga horária e de um profissional referência. Esse profissional referência que vem até a mantenedora, faz a formação, faz os encontros de planejamento, porque nós temos dois tipos de encontro com os colegas, um é de formação e outro é de planejamento, e para ele retornar para a sua escola. Então, para ter esse lugar onde tanto a gestão da escola, supervisão, orientação, direção, quanto os seus colegas podem recorrer. Acho que era isso por enquanto.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB):Obrigado, Daniele. Então, vou convidar a Dra. Adriana Santos, que é a coordenadora de direitos e políticas de igualdade racial da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, para a sua fala, doutora, a senhora tem cinco minutos.

SRA. ADRIANA SANTOS: Queria agradecer ao presidente desta Mesa e a Ver.^a Grazi pela oportunidade de poder participar; acho bem importante nesta Casa, porque tem um significado muito específico e especial; queria, particularmente, lhe agradecer por isso, e aos demais vereadores da Mesa, por compartilhar

dessa discussão. Quero me apresentar e falar dos diversos lugares aos quais estou aqui também representando. Sou a Adriana Santos, doutora em educação, hoje coordeno a igualdade racial no município de Porto Alegre, também sou coordenadora do Fórum Estadual de Educação e Diversidade do Estado do Rio Grande do Sul, e, recentemente, fui convidada e aceitei ser coordenadora da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Ético-Raciais dentro da nossa federação, promovida pela Secadi, Ministério da Educação.

Bem, muitas pessoas falaram aqui sobre esse trabalho feito na educação, e eu sou bastante suspeita, porque sou professora desta rede, fui quem preconizou o trabalho de EREER na Secretaria de Educação logo após a implementação da Lei nº 10.639, e segui por quase 15 anos esse trabalho. Então, posso dizer que tenho propriedade para dizer o quanto isso é importante e relevante, que muda, mudou e mudará a vida das nossas crianças nas escolas.

Mas, como as colegas já falaram muito bem deste lugar, da SMED, eu quero poder ampliar um pouquinho a importância do EEABI para além das fronteiras da escola, se os senhores me permitem. Eu quero trazer aqui uma questão chamada letramento racial da sociedade. A Ver.^a Grazi falou do quanto a nossa sociedade brasileira é racista e preconceituosa, e eu assino embaixo, porque fomos conduzidos, desde a época passada, a uma sociedade assim. A gente precisa trabalhar um letramento racial que extrapole a escola. A educação é a nossa ligação. As crianças chegam em casa e desconstróem racismos enraizados no interior das suas famílias. Então, não é só um trabalho prestado para dentro dos muros da escola, é também um trabalho relevante prestado para fora dos muros da escola.

Quero também salientar que todo trabalho feito em cima dessa pauta do EREER, que é a questão afro-indígena, tem três pilares que, para mim, são consolidados, que é a gestão, a formação e os materiais para dar conta disso. Sem esses três pilares, não conseguimos fazer um trabalho de EREER. E creio que, quando falamos de gestão, formação e material, temos que usar uma estratégia que seja de política pública, porque é disso que estamos falando. Quando queremos mudar uma sociedade, quando estamos comprometidos com um processo

educativo ou um processo de transformação social, temos que falar de política pública, de projetos que sejam de Estado e não só de governo.

Ao longo desses anos todos, tenho acompanhado muito próximo, talvez seja a secretaria que eu mais acompanhe deste lugar que estou hoje na Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, agora nosso novo nome, seja o lugar que a gente mais acompanha, mais está ao lado, talvez, obviamente, por esse meu caráter de ser professora da rede e, enfim, gostar muito desse trabalho, mas também porque acredito fielmente que só a educação transforma, só a educação vai fazer a diferença, que só a educação vai poder trazer aquilo que a gente almeja de uma sociedade justa e igualitária. Eu, nos últimos tempos, não tenho mais nem falado de educação das relações, vereadora, eu tenho falado de equidade racial, porque não queremos só que a gente seja educado, queremos que a gente esteja em condições de competitividade, de crescimento, de acompanhamento, como qualquer outra pessoa, e só a equidade nos proporciona isso. E acho que os espaços, os EEABIs – Espaços Educativos Afro-Brasileiros e Indígenas – para além de ser, como a Adri muito bem referendou, que o CME – Conselho Municipal de Educação – trabalha na sua norma com núcleos, a gente está tratando de algo muito maior que isso, porque a gente precisa, para além desse reforço para dentro da escola, como eu disse, de pessoas que ajudem os professores a pensar coletivamente na pauta, enxergar a transversalidade nos seus componentes curriculares, pensar a gestão da escola que seja inclusiva e dedicada. Para além disso, esse profissional também tem que provocar a sociedade, provocar os familiares, os pais, trazer um ambiente, uma ambiência pedagógica de inclusão e equidade que faça com que as famílias repensem, porque não é privilégio de pessoas mais abastadas ou menos abastadas o ato do racismo. Nós somos educados em uma sociedade racista, então, independente da classe social que estivermos, a gente vai ser racista e preconceituoso. E, quanto mais cedo a gente conseguir trabalhar com essas falácias e desconstituir essas questões raciais, mais cedo a gente transforma a sociedade. Empoderamento é a palavra de ordem. Acho que a gente não tem... Eu, pelo menos durante todo o tempo que estive na SMED, não

tive a ambição de extinguir o racismo, mas eu tinha uma missão, que era empoderar aquelas crianças, aqueles professores, para que pudéssemos... E aqui está a Jaque como uma prova dessas, que a gente trabalhou muito a questão da primeira turma de cotistas. A Secretaria de Educação apoiou incondicionalmente esse coletivo, justamente porque entendia que a vida humana, o incentivo humano, as pessoas se sentirem valorizadas, empoderadas é a maior riqueza e, inclusive, a maior arma contra o racismo.

Então, acho que temos muitos elementos positivos para enaltecer essa política pública, e eu quero frisar bem que o espaço EEABIs para, além de ser uma estratégia pedagógica, a qual eu acredito, também é uma política pública consolidada, se não através da resolução do CME que, infelizmente, só conseguiu normatizar a discussão étnico-racial no Município em 2018... Por isso, talvez, a gente não tivesse antes, vereadora, uma prática, embora a gente tenha feito muita coisa na nossa época, tínhamos um GTR – Grupos de Trabalho em Rede – constituído, tínhamos outros movimentos que davam estratégias, mas a gente não tinha esse reforço do CME. Portanto, a gente não conseguiu avançar com tantas largas passadas quanto esses últimos dois anos tem sido o EEABI. Mas, de qualquer forma, acho que avançamos muito e espero que, independentemente da estratégia que a SMED utilize para executá-lo, eu trouxe aquelas três palavras de ordem e digo: independente da estratégia, secretário, acho que a gestão dessa política, a formação continuada de professores e toda a equipe que vai desenvolver essa política e material que proporcione recursos pedagógicos adequados para que esses professores desempenhem essa política é fundamental para que ela continue, independente da estratégia.

Claro que o que mais se precisa, inclusive, é que a própria gestão da SMED enxergue essa temática como transversal. Não adianta – e aí, me desculpem, eu vou fazer uma fala pessoal, que eu acredito –, não adianta a gente ter um setor robusto, com toda a infraestrutura, e o restante da secretaria ignorar a nossa existência, ignorar a existência da pauta. Acho que todo mundo, do gabinete do secretário até a portaria da SMED, tem que enxergar a pauta ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais – e tem que discutir a pauta ERER.

Por que temos os colegas negros na faxina da SMED, na faxina da escola? Como é essa relação deles com o trabalho pedagógico que aquela casa e as escolas fazem? Enfim, temos que fazer uma série de reflexões que, no meu ver, não estão só colocadas no formato, mas na essência de como a gente discute as coisas.

E, para encerrar, para não me alongar, porque, enfim, eu gosto bastante, esse tema me empolga, me emociona, eu gosto muito de falá-lo, eu queria deixar duas questões, para enaltecer mais um pouquinho a questão dos espaços educativos. Primeiro, que os espaços, por terem esse formato, vêm na lógica de acompanhamento, controle e avaliação da política. Eles são o nosso perfil, o nosso olhar e os nossos ouvidos, para sentir como isso está chegando na ponta. E, segundo, a educação é feita de evidências. Pensar o EEABI apenas reduzido na pauta EREER é ingenuidade e é diminuir uma discussão que pode fazer a diferença de todo o processo educativo. Quando a gente fala de aprendizagens, a gente está falando de humanidade, de pessoas. E, quando a gente fala de humanidade, de pessoas, a gente está falando das condições pelas quais elas vão aprender e vão ensinar. A gente está falando de pessoas que se sentem empoderadas, valorizadas para aprender. A aprendizagem passa pela condição física, pela condição psicológica de cada um dos indivíduos. Então, pensar o EREER como essa potência para a aprendizagem é pensar, de forma global, o processo educativo. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dra. Adriana. Foi uma aula. Outra aula. Eu até esqueci de controlar o tempo. (Risos.) Mas foi articulado aqui. Então, pelo Coletivo de Representantes dos EEABIs, professora Nelza Jaqueline Franco. Eu nem vou falar em tempo, professora, porque hoje eu estou descontrolado aqui.

SRA. NELZA JAQUELINE FRANCO: Boa tarde. Cumprimento, então, o presidente da comissão; a vereadora proponente Grazi e minha colega de pós-graduação; os demais vereadores; a vereadora; os demais componentes aqui; a

Secretaria de Educação e a minha parceira, Adriana; meus colegas, os quais eu vim representar. Sou professora da Escola Afonso Guerreiro Lima, a escola que fica na Lomba do Pinheiro. Professora referência de EEABIs, então, eu sou do chão da escola, trabalho na ponta. E vou falar um pouco do nosso funcionamento e trazer algumas questões, algumas reivindicações para vocês. O Espaço Educativo Afro-Brasileiro e Indígena, o EEABI, é um espaço na escola que estamos presentes para fazer essa articulação, dentro dos currículos, trabalhar com os estudantes e garantir essa ambiência que a Adriana menciona, porque, até então, a ambiência é eurocêntrica e branca. Foi essa escola que eu estudei no meu ensino fundamental e médio. E eu falo para vocês que o meu fazer pedagógico é impregnado da luta antirracista, para que meus alunos e alunas não passem pelas coisas que eu passei. Podem contar de certo. Daqui a cinco dias eu faço 20 anos de Prefeitura. E a Adriana bem lembra que, nesta Casa, nós estivemos juntas lutando, quando o Tribunal de Contas do Estado questionou as professoras cotistas, porque era uma política que estava sendo implementada aqui na cidade de Porto Alegre, a primeira capital a fazer isso. E aí os operadores do racismo questionaram, fizemos uma luta grande e agora estamos aqui de novo para tentar garantir o nosso espaço para que esses educandos se formem em uma sociedade melhor e transmitam isso, porque isso já dá frutos. Exatamente como já foi falado aqui, eles chegam em casa já desconstruindo coisas. Então, entre as nossas solicitações, gostaríamos de reivindicar o mínimo de 20 horas, que está posto já em alguns lugares, às vezes não consegue, mas essas 20 horas de trabalho iam ser aumentadas. A proposta original era que fossem aumentadas gradativamente, 30 horas, 40 horas, porque, por exemplo, no Afonso Guerreiro Lima, nós temos EJA. Então, uma professora de 20 horas não dá conta, sem descobrir o outro turno, de dar conta dos três turnos. Então, esse aumento é necessário. Também queremos a garantia das nossas formações e que se tenha assessoria, porque agora a Dani se apresentou como nossa nova coordenadora, e que isso se mantenha. Precisamos de recursos financeiros, gente. Sem recursos, não conseguimos. Porque, se disputarmos, junto com os recursos para as outras demandas,

sempre acabamos colocando de lado. Até mesmo quando se tem destinado que é para fazer tal coisa com a EREER sempre acontece alguma coisa de dizerem que não, que sempre tem um jeito de barrar. E é preciso garantir recursos, porque não conseguimos ir aos locais, e crianças precisam dessas vivências, não conseguimos trazer gente de comunidades, principalmente os indígenas, porque tem toda a parte burocrática. Então precisaria facilitar isso, a questão burocrática, para conseguirmos que as lideranças vão até lá, porque também precisam se manter. E para os materiais, precisamos de recursos. A nossa solicitação da HAFE – Hora Atividade Fora da Escola, diferente do dia da nossa reunião de formação nas quintas-feiras, também é uma demanda. E assim, quero dialogar com vocês na questão que os EEABIs são a ação afirmativa de que Porto Alegre pode fazer. É uma ação afirmativa. Tendo esse espaço garantido, se está fazendo essa ação afirmativa. Como preconizam as diretrizes curriculares nacionais, para a EREER, e a nossa resolução aqui do CME, a Resolução nº 24 de 2022. E também trabalharmos essa temática e trabalharmos com os nossos colegas, que vêm de uma formação que muitas vezes não contemplam, e, assim, as pessoas que estão nesses espaços são pessoas que estão qualificadas para fazer isso. Então também damos a formação aos nossos colegas. E é uma coisa fundamental para nós pegarmos e mudarmos essa realidade de disparidade da educação entre brancos e negros, entre indígenas e brancos, porque há uma defasagem. Não sei se vocês concordam comigo, que não saímos do mesmo ponto. E não saímos do mesmo ponto não por negligência nossa. Este Estado brasileiro emperrou, de diversas formas. A Grazi lá retoma a questão do movimento negro, que vem bem antes. Aliás, desde que se pisou nesse solo aqui, de forma sequestrada, se luta por educação. E começamos lá na Frente Negra Brasileira, lá em 1930, que se preocupa com a educação, com a pós-abolição, que deixou a gente a ver navios, e se vai construindo, e lá nos anos 1970, com o Movimento Negro Unificado também se dá essa... Mas, então, sempre se reivindicando isso, e conseguimos operacionalizar isso agora, em 2022, depois de 19 anos da Lei nº 10.639, e não queremos retroceder, queremos avançar, e ainda falta bastante coisa. Então, isso é muito importante para os

nossos estudantes, porque se vê reconhecido, vê que a sua cultura está ali reconhecida, a sua história, coisas que você jamais sabia, coisas que vamos descobrindo agora, porque também as pesquisas aumentarem. No momento que você consegue acesso nas universidades, consegue pesquisar e levar esse conhecimento aos nossos alunos é empoderador demais, e reflete em índices, reflete na aprendizagem. Porque, se eu sei que sou importante, vou ter um outro olhar, vou saber que a escola também é para mim, e não é a escola excludente que vai me deixar de lado. Quero colocar que o currículo priorizado que está sendo colocado agora obstrui a EREER. Tem habilidades, tem competências que estão lá determinadas, principalmente em História. O pessoal da História, os colegas de História estão apavorados porque não se prioriza a EREER. Esse currículo priorizado precisa ser revisto. E também a alfabetização é importante. Aliás, a lei diz em toda a educação, em todas as etapas e modalidades. Então, temos que rever a questão desse currículo. Aí eu trago para vocês as nossas normativas. A gente só vai seguir a lei, precisa seguir a lei. Na Constituição Federal, eu vou lembrar para vocês o artigo 242, §1º: “Reconhecimento das contribuições das culturas indígena, africana e europeia”. A europeia já está dada, né? O que a gente precisa fazer para equilibrar? Colocar mais a indígena, colocar mais a afro-brasileira e a africana, que formaram este País. “Proteção e valorização das culturas populares indígenas e afro-brasileira”, esse é o artigo 215, §1º da nossa Constituição; “preservação do patrimônio cultural brasileiro”, artigo 216, que, dentro dessa preservação, estão o patrimônio afro-brasileiro e o indígena. A LDB, no seu artigo 3º, tem como princípio: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) Inciso XII – consideração com a diversidade étnico-racial”. Está aqui a mulher que agora é do PNEERQ, que é o Plano Nacional de Educação Étnico-Racial Quilombola. O MEC está divulgando isso, está trazendo esse programa, essa política, tem recursos para isso, e Porto Alegre não pode ficar de fora de receber esses recursos, porque vai retroceder. Nós estamos dando exemplo com o EEABI, começamos dando o exemplo com o EEABI nesta capital, e a gente não pode retroceder, a gente tem que avançar,

e não vamos perder recursos. Se a gente estava falando de recurso, é importante isso, a gente não pode ficar de fora.

Para finalizar, em relação ao RH, eu mando um recadinho, secretário, da minha diretora, que precisa mandar os substitutos para os contratos que estão acabando em maio. Isso aqui é à parte, é o EEABI, mas não é só da minha diretora, deve ter mais diretores aí precisando. Os contratos acabam em maio, então, precisa mandar RH concursado para as nossas escolas. Eu agradeço, espero que tenham compreendido a minha fala. Mas é isso, gente, quem está lá na sala de aula vê como a coisa acontece. Vocês podem olhar em feiras do livro que a gente participa, irem nas nossas escolas, verem, na Semana da Consciência Negra, o quão rico é o trabalho dos meus colegas, o quanto essa gurizada produz e se identifica. Obrigada pelo espaço.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Só queria aproveitar, eu estava conversando aqui, fazendo uma fofoca com o Ver. Rafael, e ele estava me perguntando: “Grazi, podia trazer exemplos de ações que a ERER, que os EEABIs fazem dentro da escola e que refletem na sociedade”. Essa semana, nós vivemos aqui em Porto Alegre, nesse final de semana, o carnaval de Porto Alegre, e eu acompanhei nas suas redes sociais, professora, o trabalho que tu desenvolveste com os teus estudantes sobre os sambas-enredo das escolas. Fala rapidinho aí como é que foi isso.

SRA. NELZA JAQUELINE FRANCO: Na verdade, a gente é uma turminha de 4º ano, porque, além do EEABI, eu sou articuladora de inovação e sou professora volante de três turminhas, porque não chegou o RH, e acabei ficando volante de três turminhas. Então, eu divido meus horários. Nessa turma de 4º ano, o 4º ano estuda a cidade, a gente começou o trabalho com a cidade, falando das escolas de samba e seus territórios. Eles viram as escolas de samba, e foi muito engraçado, porque eu fui falando, essa aqui é tal, mostrei, essa aqui é tal, qual lugar vocês acham que é? Aí, claro, Acadêmicos de Gravataí é de Gravataí, Estado Maior da Restinga é da Restinga. Quando eu falo Filhos de Maria, a

minha aluna Sara olha para mim e diz assim: “Essa é do lado da minha casa”. Aí eu disse: “Então, é na Lomba do Pinheiro”. Eles partiram, então, para fazer o desenho das bandeiras, a gente mostrou, fez um cartaz com o nome da escola, o enredo que ela ia apresentar para 2025, as bandeiras, eles reproduziram essas bandeiras, ficou um painel muito bonito. Aí a gente já começa o estudo da cidade contextualizado com o carnaval e com as escolas de samba, que têm um papel importante na produção de sociabilidades e que foram muito importantes para a gente socializar no pós-abolição, quando se formaram o que a gente chama de novos quilombos, esses espaços assim. E também a aula que uma escola de samba nos dá em cada desfile, em cada enredo a gente vai aprendendo mais e mais. É isso. Foi importante para eles se reconhecerem, até para combater racismo religioso, algum preconceito, porque saiu isso na sala de aula. A gente medeia e explica que as coisas que vieram de origem negra não são do demônio, que são saberes, que o sagrado africano não é coisa ruim, a gente vai desmistificando. E os alunos que... foram dois alunos. Um disse: “Isso aqui é do demônio”, a outra disse: “Isso aqui é do batuque”. Expliquei, fizeram os trabalhos mais bonitos. É isso. Além de outras coisas que a gente tem, né?

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, professora Nelza. Professora, desculpe a minha ignorância, mas, pelo que eu entendi, o EEABI trabalha de forma transversal, pode ser na matemática, pode ser na... Ele vai trabalhar de forma transversal em todas as matérias.

SRA. NELZA JAQUELINE FRANCO: Exatamente, essa é a proposta, até mesmo porque a gente estudou todo esse conteúdo – geografia, história –, a gente estudava só as coisas na questão branca, europeia, e a gente precisa conhecer a nossa história, as nossas coisas. Então, perpassa. Lá vai desde... a nossa escola tem educação infantil, vai lá desde o jardim B até o final do ensino fundamental e a EJA, dentro de cada disciplina. Essa é a proposta.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, professora Nelza.

SRA. ADRIANA SANTOS: Presidente, só me permita fazer uma correção. Eu também estou aqui representando o presidente do Conselho do Povo Negro. Eu sou vice-presidente do conselho, então, peço desculpas, eu esqueci de mencionar antes.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Feito o registro.

SRA. NELZA JAQUELINE FRANCO: Eu também peço desculpas, porque eu também estou aqui representando os meus colegas através da Associação dos Trabalhadores em Educação, a ATEMPA.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Feito o registro. Chamo para fazer a sua manifestação a Sra. Ana Motta da EEABI, SMED.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ANA CRISTINA MOTTA DA SILVA: Boa tarde à Mesa, a todos e todas. Eu sou Ana Cristina Motta, trabalho na Escola Ana Íris do Amaral, sou professora referência do EEABI, 10 horas, e sou professora referência de um terceiro ano, e venho desenvolvendo trabalhos antirracistas há muitos anos. Eu venho trazer um relato de vida real, que eu já consigo falar sem chorar, para a gente pensar sobre a importância do EEABI e a importância do trabalho antirracista nas escolas. Eu trabalho muito nas comunidades indígenas de Porto Alegre e Grande Porto Alegre. No ano passado, Keiritiu, mãe de uma bebê de seis meses, teve a sua filha diagnosticada com AME, a menina foi hospitalizada, desenganada. E, quando eu fui visitá-las, eu perguntei: “Tu estás tendo a assistência necessária aqui?” Ela disse: “Não”. Eu disse: “A assistente social te visita?” “Não.” “Psicólogos te visitam?” “Não.” A menina já não tinha o tratamento, esse tratamento é muito caro para uma comunidade carente, e os aparelhos seriam desligados. Então se fez uma junta médica, e aquela junta médica decidiu que,

na segunda-feira, os aparelhos seriam desligados. E eu fui conversar. Eu disse: “Olha, ela está sozinha aqui, a comunidade dela está em outro lugar, lá em Itapuã, na Pindó. Como é que fica?” Ele disse: “Não, nós vamos conversar então”. E, depois dessa conversa, eles resolveram, então, levar a menina até a aldeia, para que os aparelhos fossem desligados lá. E, novamente, eu fui falar com a enfermeira. Eu disse: “Neste momento, essa mãe está tendo uma rede de assistência?” Daí a enfermeira me olha e diz: “Ah, tu sabes que ela é de outra cultura”. Naquele instante, eu não senti mais o chão, porque que mundo é esse, em que uma cultura diferente, a pessoa deixa de ser humana, deixa de ser mãe, deixa de ter sentimentos? Eu toquei no braço da enfermeira, olhei no olho dela e perguntei: “Tu és mãe?” Ela disse: “Não”. Eu disse: “Então, tu não sabes a dimensão que a dor de uma mãe que vai enterrar na segunda-feira a sua filha de seis meses”. Naquele dia, eu saí do hospital aos prantos e jurei para mim mesma que eu ia ser uma professora mais antirracista do que nunca. E, falando na escola, eu vi que, daqui a pouco, são os nossos estudantes que vão ser os psicólogos, as enfermeiras, os auxiliares, até o pessoal da limpeza que seja, que vão poder olhar para essas pessoas de uma maneira humana, e saber que a dor do ser humano é uma dor independente da sua raça. Com essa minha fala, eu trago a importância de se manter os EEABIs dentro das nossas comunidades, tanto pelo trabalho da ambiência, que é importante, pelo papel da educação das comunidades, que também é importante. Eu vejo os meus pequenos chegarem lá e, quando se começam a desenvolver os projetos sobre os indígenas, eles me puxam no canto e dizem: “Sora, meu avô era indígena”, como se fosse um segredo. Mas, depois, eles sentem, com todo o orgulho, de dizer: “O meu avô é indígena, a minha avó é indígena”. E essa é a nossa história, é a nossa identidade, é a identidade das nossas crianças de Porto Alegre. Então, eu peço para essa secretaria rever essa questão e manter essa questão dos horários, ampliar os horários, ver as coordenações, a assessoria, que essas pessoas precisam ter formação, porque a gente vê muitos equívocos na questão tanto da temática indígena como africana e afro-brasileira. E não pode ser qualquer pessoa que vai estar lá reproduzindo estereótipos, fazendo o “uuu” para uma

população indígena que nem faz isso. Então, é isso que eu queria falar e deixar registrado. E muito obrigada pela escuta.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ana Motta. Chamo a Sra. Luciana Conceição, da EEABI – EMEF José Loureiro da Silva. A senhora tem cinco minutos.

SRA. LUCIANA CONCEIÇÃO LEMOS DA SILVEIRA: Eu sou professora referência do EEABI na EMEF José Loureiro da Silva, junto com a minha colega Cristina Centeno. Cada uma de nós possui 10 horas na escola de EEABI. Desde a formação e a implantação dos EEABIs na rede municipal de Porto Alegre, estou à frente, acompanhando e tentando fazer o melhor possível do trabalho dentro da escola. Quando os EEABIs entraram na Prefeitura de Porto Alegre, quando digo “entraram” é quando foram implementados na Prefeitura de Porto Alegre, implementados dentro da escola, a ideia inicial, e que foi genial, foi de que pessoas, professoras da rede, professoras concursadas da rede municipal de Porto Alegre, com formação, com letramento racial, fizessem parte, compusessem esses EEABIs dentro das escolas para melhorar, qualificar o planejamento dos nossos colegas, das nossas colegas dentro da sala de aula. Esse era o principal objetivo. O objetivo não era atender alunos, não era ir para a sala de aula, era para qualificar os planejamentos dos colegas dentro da sala de aula. Para que isso acontecesse, tínhamos formações quinzenais, tínhamos encontros dos EEABIs, nós trocávamos experiências, tínhamos uma assessoria composta por muitas pessoas que nos davam esse auxílio e nos davam esse suporte. Ao longo do tempo, na mesma gestão que está hoje, aquele retrato racista, de todas as formas de racismo possíveis, foram se dando dentro desta mesma estrutura: a Secretaria Municipal de Educação. A assessoria foi sendo desmantelada, cada vez mais diminuindo pessoas. Existia uma norma, uma normatização, para que as pessoas que compusessem os EEABIs tivessem o mínimo de qualificação. E as direções eram cobradas em relação a isto: vamos colocar uma pessoa no EEABI, mas uma pessoa que tenha qualificação. Não

adianta colocar uma pessoa negra dentro do EEABI, se essa pessoa negra não tem o mínimo de letramento racial, para que possa, então, auxiliar o seu colega que não tem o letramento racial. O que vem acontecendo nos últimos tempos? Nos últimos tempos, o EEABI vem virando um gancho para tapar furo de pessoas que não têm qualificação nenhuma e precisam estar naquela escola. “Ah, eu preciso estar na escola tal”, mas não tem vaga, “então, vamos colocar no EEABI”. E a pessoa fica lá furando um papel de leve no EEABI. Não é isso que a gente quer.

O que acontece? As nossas reuniões têm sido cada vez mais reduzidas. E, dentro das nossas reuniões, tem acontecido que esses colegas que não têm qualificação e que não têm formação vão para as reuniões e a gente não consegue dar conta das nossas pautas efetivas, porque a gente tem que estar explicando o que significa *ibeji*, a gente tem que estar explicando o que significa etnia indígena. E não pode ser assim. A pessoa que for ocupar um espaço educativo afro-brasileiro dentro da escola tem que ter o mínimo do mínimo de referência. Quando foi apresentado agora, no início do ano, sob nova gestão na Secretaria Municipal de Educação, mas com o mesmo prefeito, o mesmo prefeito, mas outra gestão, nós, enquanto EEABI, ficamos meio fora da casinha, sem saber o que estava acontecendo. Por quê? Na primeira formação dos alfabetizadores, não foi levada em consideração a questão racial; não foi levada em consideração. Essas parcerizações, que provavelmente vão entrar na rede agora, com certeza não possuem letramento. Porque se possuísem algum mínimo de letramento, não seria necessário, o investimento poderia ser repassado para dentro dos EEABIs e não trazer um terceiro. Nós temos profissionais hiper, ultra, superqualificados dentro da rede municipal, com mestrado, com doutorado, com especialização, com livros publicados, com artigos premiados. Não há essa necessidade de uma parcerização com uma empresa terceirizada que não tenha letramento. E aí vai ser mais um empecilho, a gente vai ter que estar dando formação para essa empresa, para que essa empresa possa nos assessorar, e não é isso que a gente está querendo. (Palmas.) Neste momento, é tudo o que a gente não precisa. A gente precisa

fortalecer os EEABIs que aí estão, com os seus trabalhos qualificados. Nós temos EEABIs que inclusive receberam premiações pelos trabalhos desenvolvidos. A rede municipal de Porto Alegre tem um histórico lindíssimo de ERER, e esse histórico não pode ser rechaçado e nem pode ser desperdiçado por conta de vaidades e por conta de outras situações que estão aí correndo em CPI e *outras cositas más* que a gente sabe o que é. A gente precisa de qualificação dos nossos materiais e a gente precisa de mais pessoas dentro da assessoria, para que possam ter esse diálogo com as direções, em colocar pessoas com qualificação de dentro da rede, concursadas, para ocupar esses espaços, além da ampliação da nossa carga horária. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Luciana. Antes, tem um último inscrito, que é o Douglas, que representa o mandato da nossa colega Ver.^a Karen Santos. Eu vou disponibilizar a palavra para o Ver. Carlo Carotenuto.

VEREADOR CARLO CAROTENUTO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos, boa tarde Fleck, boa tarde às vereadoras. Obrigado pela lição que a senhora nos deu aqui, as duas professoras. Isso é um aprendizado muito grande. E eu tenho certeza que, com tudo que o secretário ouviu, ele só vai acrescentar. Eu tenho certeza absoluta que a professora acabou de falar ali agora, sobre a carga horária, o secretário está meditando nisso, juntamente com elas, e só vai beneficiar vocês. Então, eu quero agradecer tanto ao secretário, como às professoras, e a pauta que você trouxe, Grazi. Estás de parabéns, pode contar com a gente. Arreventou. Um abraço a todos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Carlo Carotenuto. Vou chamar o Douglas, representante do mandato da Ver.^a Karen Santos.

SR. DOUGLAS LOPES: Boa tarde, boa tarde, minhas irmãs, meus colegas. Já fui apresentado, meu nome é Douglas, estou aqui representando a Ver.^a Karen. Ela queria muito estar aqui, mas está em atividade externa também. A negona,

para quem conhece, é muito correria, ela está muito sempre pipocando e tentando sempre cumprir as agendas. Além do mandato, a gente também constrói um coletivo, que é o Coletivo Alicerce, e a gente construiu lá, antes de ser coletivo, lá na UFRGS, a gente construiu o Coletivo NegraÇÃO. E a gente tinha um projeto, que era o Ufa, Universidade e Suas Formas de Acesso. E a gente ia nas escolas para debater com a nossa juventude e mostrar para eles que havia acesso à universidade, falar sobre cotas, falar sobre Enem. E a gente evoluiu isso para o Projeto Negro e Popular. Então, eu, particularmente, individualmente, me engano aqui na minha cabeça de achar que também eu contribuí, tentei contribuir para o que é essa bela história, essa bela política que é ensinar para as nossas crianças a terem orgulho da sua história, de reconhecerem a sua história, de reconhecerem a sua ancestralidade. Penso que em Porto Alegre, nesta cidade onde nós nos inserimos, existe uma disputa muito grande. A questão aqui é a questão do gaúcho, do assado, do não sei o quê, e a nossa cultura negra, a nossa história negra é muito forte, muito rica, e, nesses 500 anos de existência de Brasilão, paulatinamente, ela tenta ser apagada, até os dias de hoje, na nossa dita democracia. Acho que a importância da política, não só dos EEABIs, nas escolas, mas da [Lei nº 10.639](#) e todas as conquistas que o movimento negro teve nesses anos 40, 50 anos de luta, redemocratização e tal, mas, nesses 500 anos, resistindo e levando adiante a nossa história, a partir da oralidade, o que é o nosso *ylê*, a nossa história é muito rica, acho que manter essa chama viva, ensinar para a nossa juventude, vai ter uma consequência tremenda que a gente não consegue ainda conceber. Para toda a conquista que o nosso movimento conseguiu, a gente vê mais três, dez empecilhos. Então, quando a gente conseguiu, me lembro quando foi assinada a Lei nº 10.639, eu estava entrando no curso de História. Eu estava entrando, não minto, quando fez dez anos da lei, eu estava entrando no curso de História, e eu olhei para os lados e não tinha uma cadeira obrigatória para ensinar aquela licenciatura em História, sobre o que é a história do povo negro, sobre o que é o povo das “n” etnias africanas, etc. E como temos ainda muito no que avançar, não só no âmbito municipal, mas para fazer valer a lei estadual, federal, tem

muita coisa que nós temos que avançar. Ao mesmo tempo em que a gente acha muitos empecilhos e muitas dificuldades, nós abrimos mil possibilidades. Porque o nosso povo começa a ter ciência da explosão e da capacidade que tem, o que o nosso povo produziu. O vereador falou ali que a política é transversal... Porque a nossa cultura é riquíssima: filosofia, astronomia, matemática, química, tudo surgiu no continente africano e nos foi usurpado. E a gente, na nossa geração, que está trabalhando, está tentando resgatar um troço que foi apagado. A gente acredita que a filosofia veio da Grécia e que a matemática veio do Aristóteles. Então, fortalecer e ampliar os EEABIs não é só uma demanda imediata, ela é um pensamento estratégico para o futuro do nosso País e para o futuro da nossa juventude. Porque não basta só as nossas escolas. A Adriana fala de equidade racial, mas não basta só as nossas crianças terem noção da sua história; elas precisam ter acesso a um emprego decente, elas não podem estar brincando no valão que está estourado. A gente sabe como são as nossas periferias na Lomba do Pinheiro, a gente sabe como são as nossas periferias na Rubem Berta, ela vai além da escola. Equidade racial, reparação histórica aos crimes que foram cometidos há 400 anos por um povo, está muito longe ainda desse espaço que a gente tem que alcançar.

Para encerrar, duas coisas. Eu falei aqui de possibilidades. Acho que o EEABI tem que avançar. O vereador falou agora que o secretário está ouvindo e ele vai... O nosso povo viveu muito com promessa. E aqui, no Rio Grande do Sul, a gente conhece isso. Nos foi prometido que, se a gente lutasse, nós íamos garantir a liberdade. E tomamos uma rasteira. A gente não acredita mais em promessa, a gente acredita em ação, quando as pessoas vão fazer: está aqui, está assinado, vamos fazer a coisa acontecer, está aqui a expansão. Isso de vamos ver, ele vai, ele gostou, ele vai ver, vamos ver se vai fazer mesmo. Porque nosso povo não acredita mais em promessa de terceiros.

E a segunda coisa, possibilidades, para além dos EEABIs. Estamos numa luta junto com o movimento negro, estamos ensinando isso nas escolas, mas nós temos que educar a nossa sociedade. Estamos na luta agora para tentar implementar que Porto Alegre tenha um museu da história do povo negro. A

gente passou por um carnaval que, ao mesmo tempo que foi muito bonito, ele foi muito triste, de repressão, de negação da nossa cultura. A gente ouviu nas ruas as pessoas falarem que Porto Alegre... Carnaval não é cultura de Porto Alegre; tu queres carnaval, vai para a Bahia, vai para o Rio de Janeiro. Aqui nessa cidade tem a escola de samba mais antiga do Brasil. Então, que um museu da história e da cultura do povo negro seja estabelecido nessa cidade, para que a sociedade como um todo possa acessar a riqueza que é essa história, essa construção e essa cultura que o nosso povo resistiu e ergueu do nada, das cinzas, nesse território aqui. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Douglas. Deixo o nosso abraço para a Ver.^a Karen. De imediato, passo a palavra para a Ver.^a Juliana, nossa vice-presidente. A senhora tem cinco minutos.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, gente, peço desculpas pelo atraso, eu tive uma teleconsulta que atrasou porque estou ainda me reorganizando. Semana passada, fui picada por um escorpião e estou ainda no processo de ver se está tudo certo. Então, primeiro, queria pedir desculpas, porque eu queria estar aqui desde o começo. Esse é um tema muito importante. Agradeço a minha colega Grazi, que traz para a gente essa discussão, ao nosso presidente, que sempre acolhe as nossas pautas, e aos nossos colegas que também se dedicam aqui com a gente para a gente pensar, de fato, como a gente pode contribuir a partir dessa comissão com essas discussões tão importantes.

Eu queria dizer para vocês, primeiro, que foi uma aula ouvi-las. A Adriana, a gente acompanha há um tempo, então, na verdade, foi uma retomada de escutas de ti. E, casualmente, eu tive, Grazi, nesse sábado, no alinhamento pedagógico, na minha escola, uma formação do EEABI. A professora referência do EEABI na minha escola é a professora Kelly, minha colega, que é uma referência, inclusive, para mim; para além de ser referência do EEABI, ela é uma referência de muitos anos, desde a luta pelas cotas. Ela esteve na linha de frente dessa agenda na

nossa cidade muito antes de ingressar na nossa rede, e, ano passado, eu acessei de forma muito constante todo o processo que ela construiu na nossa escola. Foi, para mim, fundamental no meu trabalho pedagógico. Eu sou professora de educação especial, e, para mim, a educação inclusiva não é apenas a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para mim, a educação inclusiva é justamente o encontro das diferenças, no reconhecimento de que são essas diferenças que enriquecem a nossa Constituição, enquanto sociedade, na sua diversidade, é a gente entender que a gente precisa atravessar a EREER no todo da nossa escola. Então, a educação especial, para mim, se articula justamente com isso. E, toda vez que a Kelly mandava os materiais, eu parava para planejar as minhas atividades com os meus alunos a partir dos materiais dela. Isso foi uma, duas, três vezes. Eu trabalho muito com as famílias, então, todos os materiais que ela mandou chegaram nas famílias. E, quando tu falas, Adriana, da importância do EEABI como uma estratégia pedagógica, mas também como uma estratégia de disputa da sociedade... Porque é isso, nós promovemos o letramento racial numa sociedade que é marcada pela segregação racial, social, geoespacial na nossa cidade. E a nossa rede se afirma justamente nos territórios negros, porque as nossas periferias em uma Porto Alegre segregada racialmente, geoespacialmente, ela é uma periferia marcadamente negra, e é lá que está a nossa escola, e são com esses estudantes que nós conversamos, com essas famílias. Então, a gente promover o letramento racial significa a gente também constituir um movimento de autoestima, de empoderamento, de afirmação de uma população que, todos os dias, quando sai para pegar um ônibus lotado, para ir para um trabalho precarizado, sabe que a sociedade está dizendo que o seu lugar não é os espaços de poder, os espaços de saber. Então, a escola poder dizer que esses saberes são legítimos, que esse espaço é um espaço de poder e de empoderamento, é riquíssimo. No ano passado, uma colega fez um trabalho com os nossos alunos do segundo ano, se não me engano, que era Somos Filhos de Rainhas e Reis. E, casualmente, foi o tema da minha escola, no ano passado também, eu falava com ela, eu disse: Joyce, vamos botar o samba para as

nossas crianças ouvirem. Porque era lindo elas se enxergarem nesse lugar de empoderamento, de autoestima, e tão diferente do que quando elas saíam do portão da escola, elas eram vistas. E a gente trazer o nosso carnaval para esse contexto, a gente trazer o que é produzido, o que é construído pelo povo negro na nossa cidade, que é tão desvalorizado, é fundamental para a gente construir esse processo.

Então, não tenho nenhuma dúvida que o EEABI é um espaço político-pedagógico, estratégico para a gente avançar na construção de uma sociedade, de uma cidade antirracista. E, por isso, ele precisa, secretário, ter uma atenção especial. E nos preocupa que o início da gestão tenha sido marcado pelas inseguranças desse que é um espaço estratégico, porque a gente está aqui também pelas inseguranças. Eu falo, inclusive, de uma escola que tem um projeto, um dos seus projetos, eu sou muito feliz de conviver com dois projetos de ERER muito potentes, que são o QuilomBonja e o Tejombuto. Mas um deles, que existe muito antes, inclusive, do EEABI, o QuilomBonja, é uma referência que, inclusive, marcou a maior delegação de jovens negros na Conferência Nacional de Juventude, no ano passado, que marcou uma contribuição da Juventude de Porto Alegre para o Plano Nacional Juventude Negra Viva. Então, é essa a potência do que a gente está falando aqui. A gente está falando de uma juventude, de uma infância, de adolescentes que estão sendo constituídos, a partir da afirmação da sua identidade, como construtores do país que querem viver. E isso tem uma importância significativa e precisa ser valorizado, e precisa estar no centro da política dessa nova gestão, no movimento de escuta de quem faz o EEABI, de quem faz essa construção na rede. Não dá para as pessoas ficarem na dúvida, na insegurança, porque, quando tu falaste aqui do que tem de reivindicação, eu fiquei pensando, são reivindicações tão justas, e que deveria ser sobre elas que a gente deveria estar falando aqui, secretário. Então, eu queria finalizar trazendo justamente isso, que a gente não apresente aqui uma disposição de manter a assessoria, de manter as 20 h, de manter as 10 h. Mas não uma disposição de avançar e, sobretudo, de ter esse olhar transversal, que significa a gente, inclusive, discutir isso no centro do debate pedagógico, porque

no Alfabetiza+POA, no currículo priorizado, a gente invisibiliza todas as diferenças. A gente invisibiliza os estudantes da educação especial e a gente impede, na verdade, a constituição dos processos de ERER. Essa é a verdade. O engessamento do Alfabetiza+POA, está dizendo que a alfabetização dos nossos estudantes vai ser feita ignorando completamente a ERER. É isso que está dizendo. Então, secretário, se a gente quer levar isso a sério, a gente precisa colocar no centro dessa política, porque, de faz de conta, o Douglas já bem disse aqui que o povo negro está cansado, e a gente que quer construir uma sociedade, uma cidade antirracista também. Então, eu conto com o seu trabalho, eu conto com essa expectativa que a gente tem nessa disposição da SMED de avançar nessas políticas para que a gente possa ter boas notícias no próximo momento que a gente trazer essa pauta aqui e que isso se reflita nas nossas escolas. Para isso, a gente precisa de concurso de professor, para a gente não tirar os nossos professores do EEABI para tapar buraco em sala de aula, porque é isso que acontece na minha escola, e eu tenho certeza que é isso que acontece na maioria das escolas, porque falta RH. O que acontece? A gente tira o professor do EEABI e bota lá para cumprir a carga horária que a SMED não garante, com a nomeação de quem precisa ser nomeado, com a criação de cargo que precisa ser criado, com a realização de concurso que precisa ser feita. Então, a gente precisa levar a sério, e para construir isso na prática, de fato, nós precisamos transversalizar mesmo, Adriana, porque não basta a gente só falar que tem o espaço, que tem lá a coordenação, que tem lá a unidade, mas no todo da SMED, a gente andar na contramão. Isso também perpetua o lugar do racismo institucional, que posiciona, muitas vezes, essa pauta dentro da nossa agenda de política educacional. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana, nossa vice-presidente. Eu vou passar, então, para a Secretaria Municipal de Educação fazer as suas considerações finais, depois volta, e a vereadora Grazi, que é a nossa proponente da pauta de hoje, finaliza a nossa reunião.

SR. JORGE MURGAS: Está bem, obrigado. Eu vou aguardar, então. Tenho que sair, mas a gente aguarda o final da reunião da comissão. Reafirmar que a política não está sendo descontinuada. Em relação à professora Luciana, ela colocou a parcialização, acho que ela não entendeu a minha fala inicial. Na verdade, o que a gente gostaria de esclarecer é que a gente tem uma potencialidade aqui que é ampliar as EEABIs para a rede parcializada, que são as escolas conveniadas, que são mais de 200. Então a gente tem um potencial aí de ampliar essa política pública. Então, o nosso foco é isso. A partir desta semana, a gente vai trabalhar com a Adriana e com a Daniela para a gente poder ampliar e qualificar ainda mais a rede parcializada, que hoje são mais de 200 escolas. Nós temos 100 escolas da rede própria. Então, acho que a gente tem como potencializar esse trabalho. Vou passar a palavra aqui para minhas colegas Adriana e Daniela.

SRA. ADRIANA GARCIA NUNES: Vou agradecer este momento de escuta. Continuar esse nosso trabalho, que vem de longa data, e a nossa gestão sempre esteve em parceria junto com as coordenadoras de EEABI. Acho que estamos aqui com muitas anotações. Combinei aqui com o secretário Jorge de a gente conversar amanhã. Tem várias pautas que acho que a gente pode articular e também já de imediato ter algumas respostas, que já eram coisas que vinham sendo encaminhadas. E dizer que, para nós, enquanto assessoria e unidade de programas educacionais, o EEABI é um programa muito importante. Então, nós vamos seguir lutando por ele, vamos seguir nas nossas conquistas, nas nossas lutas, e que continuemos contando muito com vocês nessa ponta. Muito obrigada, vereadores, vereadoras, por este momento, e contamos também com vocês nessa luta. Obrigada.

SRA. DANIELE MACHADO VIEIRA: Só para finalizar, então, muitas coisas foram ditas. Vou falar aqui também como secretaria, mas, dentro de todos os exemplos que foram trazidos, uma coisa que se falou e que eu queria deixar bem explícita: a importância do EEABI nos diferentes níveis educacionais. A gente se

orgulha aqui, desde a educação infantil, do berçário à EJA, com trabalhos desenvolvidos e adequados aos diferentes públicos, e também para o público que está aqui assistindo. As colegas já falaram bastante, mas, na maioria dos momentos, a gente falou sobre a questão dos nossos alunos negros, e sim, desse espaço, enquanto um lugar que potencializa, que nos ajuda a ter uma diversidade de referências positivas para os nossos estudantes negros, mas também para os nossos estudantes não negros.

Então, dessa possibilidade de que a gente não tenha, como única história do negro, a escravidão, ou, muitas vezes, como vários de nós aqui, um ou dois exemplos que fujam disso. Que a gente tenha uma diversidade de exemplos nas mais diversas áreas. Por exemplo, foi citado aqui o gauchismo, então, a gente traz, sim, CTGs, lanceiros, e nas mais diversas áreas que se pode falar, inclusive, dentro da educação especial. Então, esse esforço para que esse tema passe por todas as áreas. Agradeço demais que esse tema esteja aqui nesta Casa. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Dra. Adriana, eu vou ter que franquear a palavra para a senhora e para a Nelza, para fazerem os agradecimentos finais. Se puder ser breve, porque ainda tem a proponente, e eu queria fazer uma fala também muito breve.

SRA. ADRIANA SANTOS: Na verdade, só agradecer essa possibilidade de reflexão com todos nós aqui e agradecer a esta Casa por trazer essa pauta aqui para dentro. Acho que a gente precisa tratar isso com mais propriedade na sociedade, e a Casa do Povo reflete a sociedade. Então, por favor, discutam mais as questões étnico-raciais, a equidade racial e o letramento racial. Muito obrigada.

SRA. NELZA JAQUELINE FRANCO: Eu agradeço também a proposição à Ver.^a Grazi Oliveira, representando a nossa bancada negra. Os EEABIs, eu não consegui falar, esqueci de falar do histórico, mas também foram pautados,

principalmente, quando da eleição da Ver. Bruna, que pautou isso para a SMED e isso foi lançado. E nós tínhamos alguns coletivos que reverberavam dentro das escolas, como o QuilomBonja, que foi citado, e o trabalho da Ana Motta, que é referência para nós na educação indígena. E isso ajudou, como o meu coletivo também, de professoras, o Cangerê, que ajudou a construir essa resolução que foi feita no CME e que, depois disso, foi pautada aqui nesta Câmara de Vereadores pela nossa bancada negra. E a SMED, então, executa, porque a ação do Executivo é executar, e a gente, então, implementa e abrange mais a rede.

Então, é uma pauta muito importante, e eu espero que ela avance, secretário.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Nelza. De novo, eu ia incorrer em erro, mas é Nelza. Mas quero aqui fazer um anúncio que a nossa vice-presidente, a Ver.^a Juliana de Souza, solicitou, no dia 21 de março, às 14h, no Salão Júlio de Castilhos, será o lançamento da cartilha Educador Antirracista, proposição da deputada Laura Sito.

Eu quero fazer outro anúncio: no dia 25 de março, na próxima reunião da CECE, teremos como pauta, uma pauta conjunta da Ver.^a Grazi Oliveira e do Ver. Jonas Reis, sobre blocos de carnaval, blocos de rua. Nós ainda não definimos o nome da reunião, mas vai ser tratado esse tema. Eu queria agradecer, Ver.^a Grazi, muito pelo tema. Eu acho que as nossas reuniões aqui na comissão têm tido um debate muito produtivo. Claro que tem muita briga, a gente tem muito dissenso, mas tem muito consenso. A gente tem conseguido construir várias pautas positivas, e acho que aqui é o lugar que temos que discutir, concordando ou não. E eu tenho sido um presidente que tem aceitado todas as pautas, eu não fico moderando o tempo – eu até tento, mas eu não consigo. Mas eu queria muito agradecer pela pauta, pela presença de todos os convidados. Eu aprendi muito. Veja que eu fiz várias perguntas aqui e me coloquei no lugar dos professores que, quando vão ao EEABI e não entendem a pauta, e eu disse: “Grazi, sou eu aqui.” Mas consegui aprender um pouco e vou me aprofundar. Quero ser um vereador que vá se somar à luta de todos que já lutam por essa bandeira, para

a gente ter mais equidade, Dra. Adriana. Então, muito obrigado. Vou passar, então, a palavra para a nossa proponente.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Eu queria sinalizar a presença da Lu, que trabalha no gabinete do secretário de Educação e é nossa companheira no Coletivo de Profes Pretas. Estamos na mesma trajetória há bastante tempo, sabemos que, dentro da secretaria, além das meninas que são responsáveis pela pauta, temos aliados e aliadas que estão na luta antirracista há bastante tempo. Então, queria saudar a sua presença e também o esforço da presença do secretário. Estávamos bastante preocupados, não desmerecendo o lugar das gurias, mas queríamos o secretário aqui, porque sabemos que vai nos ajudar a fazer com que a política possa acontecer. Fico muito feliz pelos retornos que escutamos aqui, principalmente da confirmação de que não há uma intenção de descontinuação do projeto, da proposta dos EEABIs. Acho que isso é fundamental.

Eu quero ecoar aqui o pedido dos profissionais, das profissionais que estiveram falando sobre a questão da ampliação da carga horária. Aquilo que falei no início: nós não podemos, diante de todo um histórico que sabemos que é muito a conta-gotas, que conseguimos avançar dentro da política racial, retroceder. Então, a nossa reivindicação, a reivindicação dos professores, é muito legítima pela ampliação dessa carga horária. Nós precisamos olhar para a ampliação da carga horária. Acho que precisa ter um olhar, inclusive, com o número de estudantes que cada escola tem. Sabemos que cada comunidade tem uma realidade diferente. Pode ser que lá na minha comunidade, lá na Cohab, o número de alunos não seja o mesmo de lá na Lombrá do Pinheiro. Bem possível, porque acho que vocês têm quase mil alunos lá, mil e poucos alunos, que é diferente da Cohab. Então, a carga horária, provavelmente, de quem está à frente do espaço, não precisa ser a mesma, mas ter esse olhar mais apurado para as diferentes realidades é um começo. Acho que precisamos atender, tentar atender dentro do possível esse olhar e esse pedido dos profissionais da ampliação da carga horária pela necessidade da pauta e pela falta de profissionais capacitados. Acho

que também escutamos aqui um eco de uma reivindicação de que, quando colocamos profissionais para atuar nesses espaços, eles estejam minimamente preparados. Se esse profissional vai ser o que vai ajudar a letrar os demais colegas, logo, partimos desse princípio, do princípio que esses profissionais precisam estar minimamente preparados e capacitados, que tenham formação mínima.

Agora, quero puxar a orelha aqui para algumas questões, que acho que é fundamental e está dentro do nosso papel como vereadores e vereadoras. Temos uma lei, e essa lei tem mais de 20 anos. Não dá mais para nós... Eu não consigo mais ouvir, e queria deixar registrado isso, que ainda temos 20 EMEIs e 8 EMEFs sem o trabalho implementado. Não consigo. Preciso dizer que estamos descumprindo a lei, seguimos no descumprimento da lei. Precisamos dar conta, e eu vou estar junto, sou parceira para acompanhar, acredito que a CECE vai estar junto, parceira, ajudando a acompanhar, vendo os processos, mas precisamos garantir que todas as escolas do Município estejam aplicando as leis. As leis precisam deixar de ser uma discussão nossa de implementação, elas precisam estar institucionalizadas. Isso é um pedido muito importante, uma reflexão extremamente fundamental, porque nós não podemos descumprir a lei. Porque nós sabemos, não vamos tapar os olhos. Sou professora há 23 anos, e sei como professora, que muitas vezes tive que atuar sozinha, porque os colegas, se não influenciados por nós, não trabalham. É um exemplo real de muitas mulheres e homens negros que estão nesta sala. Eu fui saber que existia negros e negras que pensam, que escrevem, com mais de 35 anos. Eu fui saber que existia livros escritos por pessoas pretas, não na escola, foi fora da escola. Então, esse tipo de coisa que aconteceu conosco não pode ser reproduzido, de novo, com as nossas crianças. Eles precisam ter o direito, todos, de ter o acesso e o conhecimento negro e indígena. Aqui eu reforço também a fala da Daniele, ela traz aqui a reflexão de que nós não estamos falando de uma educação para os nossos, nós estamos falando de uma educação para todos. Porque uma sociedade que não conhece a sua história, que não sabe do seu passado, e quem fez, e quem construiu, e quem hoje faz, ela tem grandes possibilidades de

seguir fracassando. E não é isso que nós queremos, nós queremos uma sociedade que não fracasse mais. Então, o conhecimento da história negra e indígena faz com que nós reconheçamos, valorizemos e consigamos aplicar os pontos que a Adriana trouxe. A Adriana traz pontos fundamentais, que nós sabemos que a gestão precisa estar imbuída, a formação precisa acontecer e os materiais precisam ser dados. Mas, para isso, a Nelza fecha a sua fala dizendo que precisamos de investimento. É preciso ter recursos, tanto humanos quanto financeiros, para que a pauta aconteça. E hoje, um dos maiores calcanhares de Aquiles, de muitas secretarias, não é só de Porto Alegre, são de muitas secretarias, é não investir. Não investir em formação e não investir em recursos financeiros. Então, Porto Alegre está sendo destaque na aplicação da lei. Nós não podemos perder o notório reconhecimento que está sendo dado, histórico, para o nosso Estado, onde a capital tem conseguido fazer um trabalho que é inédito. É inédito! O que nós estamos aqui dizendo é que nós queremos que, ao invés de retroceder, nós precisamos ampliar e qualificar, porque ainda estamos aquém, ainda não temos o suficiente. Quero registrar aqui e reforçar a fala tanto da Ver. Juliana quanto da Nelza, quando elas falam dos coletivos. Nós temos aqui a Lu, do Empoderadas IG; nós temos o Atinúkê, nós temos o Projeto QuilomBonja, nós temos Movimento Meninas Crespas; nós temos vários coletivos que nasceram de iniciativas de professoras no cotidiano escolar mediante as situações de racismo na escola. Só que o que acontece? Nós vamos continuar só dependendo dos coletivos? Nós vamos continuar dependendo de ações individuais para tratar a pauta do racismo dentro da escola? Não podemos. Esse compromisso tem que ser de todos que estão envolvidos na educação, ele não pode ser só de um ou dois professores, ele tem que ser de todos nós. Eu sempre digo, a Bárbara Carine fala isso também, tem que ser de quem atende a criança na porta da escola a quem está lá varrendo ou cozinhando. Todos nós precisamos estar envolvidos dentro da questão da educação, a partir da educação para as relações étnico-raciais.

Eu não quero me estender, eu reforço a fala também da Adriana, quando ela traz a questão da equidade, mas, Adri, para chegarmos a esse nível, temos que

educar, e, para educar, eu sou do mesmo pensamento que o teu: a educação transforma. Então, nós temos que mudar na educação para que possamos ter equidade, porque, do contrário, nós vamos voltar para as ruas com os mesmos estereótipos, com as mesmas reproduções. O Fleck pediu: “Grazi, exemplos”. Tivemos o da Nelza, mas um outro exemplo: chega de as escolas, no dia 19 de abril, sair com as crianças com aquelas peninhas de índio, e achando que isso é tratar e falar sobre a importância dos povos indígenas. Não é só o índio, são vários, são diferentes formas de se comunicar, desconstruir estereótipos que, há anos, foram construídos no nosso imaginário. Esse é o papel da escola hoje, esse é o papel da educação antirracista, esse é o papel que, inclusive, hoje, não reflete no Estado, quando a polícia nos aborda, porque a polícia hoje tem um alvo, e um alvo que ensinou a esse policial nos abordar, a dizer que corpo é esse que tem que morrer, que corpo é esse que tem que ser abordado, por quê? Porque a educação disse a todo momento que esse corpo aqui não presta, que essa cor aqui não serve, porque ela é da magia negra, porque ela é tudo que é ruim. É isso que a educação nos ensinou até o presente momento. Nós temos o compromisso hoje, com os nossos estudantes, são 67 mil estudantes em Porto Alegre, 45 atendidos só na parceirizada. Fiquei muito feliz em saber, inclusive, que há uma iniciativa da secretaria para ampliar para as parceirizadas, porque lá estão as nossas crianças de educação infantil, na sua maioria, que trabalham identidade, que precisam desenvolver isso, enfim.

Para encaminhar, Fleck e comissão, acho que precisamos deixar algumas coisas articuladas aqui. Eu entendi que há um compromisso da secretaria em dialogar sobre os apontamentos que foram feitos aqui. Nós, como vereadores e vereadoras, temos o compromisso de fiscalizar todo o trabalho que é implementado pela gestão, assim como o Conselho Municipal de Educação. A Aline pede desculpa por não ter vindo, o filho dela acabou adoecendo, mas ela se comprometeu depois de dialogar conosco sobre o que foi dito aqui. E nós também vamos cobrar do conselho o papel dele, que é de acompanhar e fiscalizar, como tem sido feito.

Outra coisa que é importante podermos trazer daqui. Precisamos pensar nessa equipe de assessoria, secretário. Eu entendo que as gurias fazem um trabalho fantástico, mas são 100 escolas. E se nós estamos falando de uma qualidade de trabalho, a médio prazo, eu sei que nesse momento a secretaria está se reestruturando, mas é importante pensar a médio prazo, não estou falando em longo nem em curto, porque também entendo que é um processo de chamamento de concurso, mas que possa se pensar na ampliação dessa assessoria. Acho que é importante tencionar o Conselho Municipal de Educação em fazer as diretrizes dos EEABIs – Espaços Educativos Afro-Brasileiros e Indígenas. Acho que temos que conseguir garantir, Nelza, que sejam em diretrizes, que seja dito como ser feito, de que forma ser feito, porque aquilo que não está escrito, não está garantido. Então nós precisamos garantir. E é um compromisso do nosso mandato, nós já falamos isso para as professoras dos EEABIs, numa outra reunião, nosso mandato, junto com a Ver.^a Karen, com a bancada negra, nós nos comprometemos em estar propondo para a gestão que os EEABIs se tornem política pública efetiva da cidade. Então, nós vamos, sim, escrever um projeto de lei para ajudar a garantir que os EEABIs não morram, que eles se fortaleçam através dessa iniciativa.

Outra questão, e aí, por fim, é lembrarmos da reivindicação do currículo priorizado. Hoje, os nossos currículos são eurocêntricos. Eles trazem uma perspectiva branca. Não trazem uma outra perspectiva. Então eu peço para que a Secretaria de Educação, junto com o pedagógico, possa estar fazendo a adaptação daquele currículo que está sendo priorizado. Como podemos adaptar para que não tenhamos somente uma perspectiva trazida para as crianças? Porque é bom lembrar que estamos falando aqui de um processo de educação em que é importante, Nelza, trabalharmos as habilidades e as competências. Mas é mais importante ainda lembrarmos que temos uma diversidade, e essa diversidade é o papel da escola em ensinar. Então, fica aqui como sugestão. E lembrar que as HAFEs... Eu escutei, Dani, eu escrevi turno livre. Na verdade, é planejamento dos professores. Isso? Falou, turno livre. Anotei, turno livre. Só lembrar que a HAFE – Hora-Atividade Fora da Escola – é planejamento dos

professores. Então, se queremos qualidade na educação, precisamos formar, precisamos planejar. Então é importante alinhar. Acho que aí tem que ter um alinhamento. As quintas-feiras eram primordiais para que o trabalho pudesse acontecer. Fica uma reivindicação aí, em nome de todos e de todas, que possamos ter esse alinhamento de poder garantir que volte esse planejamento de uma forma coletiva. Você quer falar alguma coisa, Dani?

SRA. DANIELE MACHADO VIEIRA: Obrigada, vereadora. Só lembrei que, quando usei o termo turno livre, que eram os turnos que eles tinham que ter duas vezes ao mês para estarem conosco, turno de planejamento. É turno que não ia estar na escola. HAFE é horário de planejamento do professor. Não é turno livre.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Então, para quem está nos acompanhando, é isso. Não é livre de estar livre, é livre de não estar com os estudantes. Encerrando, tem duas coisas que quero dizer para vocês sobre espaço e núcleo. Qual é o plano? O que o Plano Nacional de Implementação do EREER nos diz? Que precisamos ter garantido essa assessoria, que precisamos ter núcleos para nos ajudar. A gente pode ter as duas coisas. A gente pode ter na formação, como um núcleo, e na escola, um espaço. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Para finalizar, acho que um encaminhamento que seria adequado para a comissão, nós encaminharmos um documento conjunto daqui da CECE, para potencializarmos aqui as EEABIs, e eu vou pegar uma carona e vou sugerir também para a gente indicar ao Executivo que se amplie a EEABI também na rede parceirizada, que também é uma rede que atende hoje a maior parte dos alunos de educação infantil, e seria muito importante, então, a gente também institucionalizar lá na educação parceirizada.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Tu falaste em indicação, já vou aproveitar, porque a gente está aqui no ritmo. Nós enviamos uma indicação para

a Secretaria de Educação, então, aqui vou registrar para ficar público, nós fizemos uma indicação de um pedido de ouvidoria, importantíssimo, porque, assim como vocês devem acolher, nós também acolhemos muito aqui. Seria interessante a gente começar a ter um espaço na Secretaria de Educação de ouvidoria para denúncias de racismo na escola.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Desculpe, presidente, sugiro que a gente adicione nessa indicação, acho muito boa a ideia de a gente ampliar para a rede parceirizada, mas a gente precisa incluir aí a ampliação de equipe, porque, senão, a gente precariza a condição da política existir. Então, só para a gente ir na mesma indicação, fazer esse adendo.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Acolhido. O assessor da CECE, Dr. Gabriel, já ouviu atentamente, vai produzir o documento e vai colocar, então, para avaliação dos vereadores. Então, finalizando a reunião, muito obrigado pela presença de todos, tenham uma boa tarde.

(Encerra-se a reunião às 15h53min.)